

**A Inspeção das Bibliotecas e Arquivos
no discurso direto.
Ação e atividade programática através
dos *Anais das Bibliotecas e Arquivos de
Portugal (1914-1949)***

**The Inspection of Libraries and Archives
in direct speech.
Programmatic action and activity
through the *Annals of the Libraries and
Archives of Portugal (1914-1949)***

MARIA BEATRIZ MERÊNCIO

Bolseira de Investigação (BII) no Projeto ERC Vinculum (IEM-FCSH)
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa
mbeatrizmerencio@gmail.com
ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-5297-311X>

Artigo entregue em: 22 de fevereiro de 2022

Artigo aprovado em: 24 de maio 2022

RESUMO

A Inspeção das Bibliotecas e Arquivos (1887-1965) foi uma instituição absolutamente central para a consolidação da Arquivística em Portugal, para o conhecimento das grandes incorporações documentais nas coleções do Estado, das práticas arquivísticas da primeira metade do século XX e para a estruturação do Arquivo Nacional e Arquivos Distritais. Destarte, através

dos *Anais das Bibliotecas e Arquivos de Portugal* (1914-1949) pretende-se delinear a atividade programática e as linhas doutrinárias que pautaram a ação deste organismo, bem como uma proposta de índice remissivo.

PALAVRAS-CHAVE: Inspeção das Bibliotecas e Arquivos; *Anais das Bibliotecas e Arquivos de Portugal*; práticas arquivísticas contemporâneas.

ABSTRACT

The Inspection of Libraries and Archives (1887-1965) was a central institution for the consolidation of Archival Science in Portugal, for the knowledge of the great documentary incorporations in the state collections, of the archival practices of the first half of the 20th century and the structuring of the National Archives and District Archives. Thus, through the *Annals of the Libraries and Archives of Portugal* (1914-1949), it is intended to outline the programmatic activity and the doctrinal lines that guided the action of this organism, as well as a proposal for a remissive index.

KEYWORDS: Inspection of Libraries and Archives; *Annals of the Libraries and Archives of Portugal*; contemporary archival practices.

1. Nota introdutória

A Inspeção das Bibliotecas e Arquivos (1887-1965) foi uma instituição absolutamente decisiva para a consolidação da Arquivística em Portugal, para o conhecimento das grandes incorporações documentais nas coleções do Estado, das práticas arquivísticas da primeira metade do século XX e para a estruturação do Arquivo Nacional e Arquivos Distritais. Desta constatação interessa-nos compreender a atividade programática e as linhas doutrinárias que pautaram a ação deste organismo, cuja longevidade contou perto de oito décadas. Para a prossecução deste objetivo, selecionaram-se os *Anais das Bibliotecas e Arquivos de Portugal* publicados entre 1914 e 1949, órgão oficial de comunicação com o Governo e sucessor do *Boletim das Bibliotecas e Arquivos Nacionais* (1902-1911), como fonte direta para o estudo da Inspeção através do discurso dos seus intervenientes, o qual dá corpo ao presente trabalho.

Antes de mais, foi necessário perspetivar a ação da Inspeção a partir do que considerámos ser os principais vetores de intervenção, procedendo-se a um levantamento intensivo dos índices sequenciais por números, seguindo a estrutura física de cada publicação. Assim, foi possível conceptualizar

cinco tópicos de análise, fundamentalmente organizados segundo os títulos de cada entrada: os ciclos de incorporações e a criação de arquivos distritais; a supervisão dos primeiros estágios e cursos em arquivística e biblioteconomia; as reformas na Biblioteca Nacional; iniciativas no plano técnico; e, por fim, uma reflexão sobre as questões teórico-práticas levantadas a respeito da paisagem arquivística portuguesa contemporânea, sobretudo presentes em relatórios de atividade e outras crónicas apresentadas. Posteriormente, tais vieram a constituir as categorias do nosso *roteiro* e resultaram numa proposta de índice remissivo, disponível em *Anexos*.

Importa ainda notar que a historiografia portuguesa permanece relativamente incipiente na produção de estudos sobre a Inspeção, destacando-se indiscutivelmente, todavia, os contributos de Fernanda Ribeiro (1998; 2004; 2008a; 2008b) pela caracterização que empreende da instituição no tempo longo. Neste contexto há que partir essencialmente das fontes — mormente da legislação promulgada com vista à regulamentação dos organismos sob a sua tutela e à salvaguarda da documentação histórica, e dos próprios *Anais* —, representando este trabalho um contributo original nesse sentido.

2. Breve história da institucionalização da *Inspeção Geral das Bibliothecas e Archivos Publicos*

A *Inspeção Geral das Bibliothecas e Archivos Publicos*, criada pelo decreto de 29 de dezembro de 1887, foi incumbida, sob a jurisdição da Direção-Geral de Instrução Pública, do Ministério dos Negócios do Reino, da “direcção e administração, ou da fiscalisação superior, dos archivos e das bibliothecas pertencentes ao estado e às corporações e instituições sujeitas à superintendencia do estado ou por elle subsidiadas”¹. O cargo

¹ Instituiu duas categorias para os arquivos e bibliotecas: “A 1a comprehende o real archivo da Torre do Tombo, a bibliotheca nacional de Lisboa e a bibliotheca publica de Evora; a 2a comprehende os archivos e bibliothecas existentes nas repartições e estabelecimentos do estado, nos tribunaes e suas dependencias, bem como os que pertencem ou estão entregues a corporações administrativas, instituições publicas de beneficencia e quaesquer outras fiscalisadas ou subsidiadas pelo estado”. Nos arts. 5º e 9º fica consagrada a salvaguarda do património documental como preocupação central deste organismo, relativamente à recolha de documentos pelo Estado: “Art. 5º As disposições do decreto de 2 de outubro de 1862, que mandou recolher no real archivo da Torre do Tombo os documentos anteriores ao anno de 1600 existentes nos cartorios das igrejas e corporações religiosas comprehendidas no artigo 5o da Lei de 4 de abril de 1861, ficam sendo extensivas a todos os documentos d’esses cartorios anteriores ao anno de 1834, bem como aos que houverem pertencido a tribunaes, repartições e estabelecimentos de estado actualmente extinctos, e aos que não forem necessarios ao serviço e expediente d’aquelles em cuja posse estejam. § unico.

de primeiro Inspetor-Geral incidiu em António Enes, contando também com Gabriel Pereira (1847-1911), diretor da Biblioteca Nacional, e José da Costa Basto, diretor do Real Arquivo da Torre do Tombo e professor de Diplomática do Curso de Bibliotecário-Arquivista. Este momento inaugura um novo período na vida dos arquivos nacionais, na medida em que, além de encerrar um ciclo de instabilidade e desordem da paisagem arquivística, insere-se num “plano global de gestão do património arquivístico (...) de acordo com perspetivas técnicas evidentes”². Para Fernanda Ribeiro, a Inspeção afirma-se como o mais moderno organismo dos “serviços públicos de informação e documentação” que a história do Portugal contemporâneo conhece, de tal relevância que o sistema por si instituído ultrapassou a sua extinção, permanecendo “praticamente inalterado até algum tempo depois do 25 de Abril de 1974, mais concretamente até meados dos anos oitenta”³.

Embora afastada por um século dos *Archives Nationales*, a Inspeção das Bibliotecas e Arquivos institucionalizou em Portugal a tutela dos serviços de conservação e gestão dos manuscritos e espécimes a cargo do Estado, isto é, o paradigma patrimonialista e custodial⁴. Além das razões de ordem administrativo-financeira, a ideologia liberal antecipava-a para fins culturais segundo os mesmos pressupostos que fundaram a atitude disciplinar da História em oitocentos e lhe conferiram um imenso prestígio sociocultural. Pela emergência dos nacionalismos, “fazer a História da Nação foi um leit motiv suficientemente forte para favorecer a recolha de documentos nos arquivos e nas bibliotecas” e motivar a salvaguarda do património documental, valorizado sobretudo pelo seu contributo histórico e informativo (valor secundário)⁵. Este contexto desencadeou uma política massiva de incorporações desde 1834, depois toldada por uma *febre de centralização*⁶ das

Um regulamento especial determinará quaes são os documentos que devem ser considerados desnecessarios aos tribunaes, repartições e estabelecimentos do estado, e quaes a epocha e o processo de remoção para o real archivo da Torre do Tombo d’esses documentos, e quaesquer outros que para elle devam ser transferidos, na conformidade d’este artigo. (...) [art. 9º] São expressamente prohibidas sob responsabilidade de quem as auctorisar ou effectuar, as alienações por venda, troca, doação ou outro qualquer titulo, de livros, documentos ou demais objectos existentes nos archivos e bibliothecas do estado, a não ser que estejam inteira e provadamente inutilizados” (DIGIGOV/Diário do Governo Digital (1820-1910), 1888a, p. 1).

² Ribeiro, 1998, p. 542.

³ *Idem*, 2008a, p. 223.

⁴ *Idem*, 2008b, p. 13.

⁵ *Idem*, 2004, p. 6.

⁶ Silva, M. (1914). Arquivos locais. *A Póvoa de Varzim*. 4(4), 1 *apud* Ribeiro, 1998, p. 597.

coleções pertencentes ao Estado na Biblioteca Nacional e no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, ambos situados em Lisboa⁷.

A primeira reforma da Inspeção chegou em 1901, pelo decreto de 28 de dezembro, “por se ter evidenciado na prática não corresponder a sua primitiva forma às vantagens de interesse publico, que havia a esperar da sua criação”, e pela necessidade de fixar as funções e responsabilidades da Biblioteca Nacional e do Real Arquivo para melhor cumprirem os desígnios de supervisão da conservação das coleções bibliográficas⁸.

Já o novo quadro cultural do republicanismo trouxe uma “aposta política na área da instrução” e reorientação ideológica dos princípios que pautavam a ação da Inspeção e respetivos serviços⁹, segundo o decreto-lei de 18 de março de 1911¹⁰. Mais tarde, Pedro de Azevedo considerava-a uma “miserável reforma, promulgada em ditadura” no quadro de “uma perseguição injustificável, perseguição no que toca ao pessoal, às verbas e às coleções”¹¹. Por motivos de espaço e de conservação dos documentos e manuscritos, a par dos ciclos de incorporação motivados pelo recém-nomeado Inspetor, Júlio Dantas (dir. 1912-1946), a República optou pela criação de arquivos *satélites* na capital e de arquivos distritais. De facto, podemos

⁷ Ribeiro, 2008b, pp. 22-23.

⁸ A reforma de 1901 instituiu, ainda, um Conselho Administrativo, composto pelos dois primeiros diretores da Biblioteca e Real Arquivo e respetivos primeiros conservadores, reunindo mensalmente para efeito de “I. Organização de serviços; II. Organização de regulamentos; III. Programmas de concursos e das cadeiras do curso de bibliothecario-archivista; IV. Apreciação do merito absoluto e relativo dos empregados; V. Applicação de penas disciplinares; VI. Organização de catalogos; VII. Impressões; VIII. Utilidade da compra de valiosas colleções bibliographicas ou numismaticas; IX. Troca de livros ou documentos entre as diversas bibliothecas e archivos do Estado; X. E sobre todos os assumptos que o bibliothecario-mor submitter á sua apreciação, ou apresentados em propostas assignadas por dois vogaes” (DIGIGOV/Diário do Governo Digital (1820-1910), 1888b, pp. 3663-3681).

⁹ Ribeiro, 2008a, p. 224.

¹⁰ “No interesse da Patria e da Republica, urge que as Bibliotecas e Archivos portugueses operem a cultura mental, funcionando como universidades livres, facultando ao povo, na lição do livro, o segredo da vida social moderna; destruindo a ignorancia, que foi o mais forte sustentaculo do antigo regime; investigando, no documento do passado, o papel de Portugal na civilização. (...) Não é conservar os livros, mas torná-los uteis, o fim das Bibliotecas. (...) Para o antigo regime, o perigo era pensar; para a Republica, o perigo é a ignorancia, crime publico, attentado contra a patria, tão prejudicial no operario como no burguês, confinando aquella barbara depressão da miseria, inutilizando-lhe o esforço pela incapacidade profissional e annullando este na rotina e na incultura. (...) Teremos assim Bibliotecas votadas, umas á expansão do livro, outras ao repositorio da alta cultura philosophica, scientifica, literaria e artistica, e Archivos destinados aos estudos historicos, que reivindicarão o verdadeiro legado, pertencente, na historia da civilização, ao glorioso povo português” (Ministerio do Interior; Direção-Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial, 1911, p. 1213).

¹¹ Azevedo, 1911, p. 181.

considerar que os primeiros se desenvolveram no sentido da formalização da “teoria das três idades”¹² no Portugal contemporâneo. Nas palavras de Azevedo,

a necessidade de desaccumular as repartições de papeis inúteis, fez nascer dois tipos de depósitos: um onde se conservam os documentos que teem relação com os negócios em andamento, o outro onde se conservam os inúteis e que só servem para o passado, isto é, os históricos¹³.

No mesmo sentido, também Gabriel Pereira defendera, em 1910, a incapacidade de o Arquivo Nacional albergar infindáveis coleções quando propunha a criação dos arquivos distritais e de um “edifício proprio, vasto, para Archivo Central, em Lisboa ou fóra de Lisboa, onde se reunam os papeis do Estado não precisos nas repartições publicas”¹⁴.

A par da Inspeção Superior das Bibliotecas e Arquivos, o decreto de 29 de dezembro de 1887 instituiu também o “curso de instrução superior, denominado de bibliothecario-archivista” (art.º 13), devendo funcionar “junto do real archivo da Torre do Tombo ou da bibliotheca nacional de Lisboa, sendo regidas por empregados d’estes estabelecimentos, de qualquer categoria, para isso nomeados pelo ministerio do reino, sob proposta da inspecção geral” (art.º 14)¹⁵. Estruturado à semelhança de outros países europeus (Itália, França, Espanha e Países Baixos), do currículo

¹² Tendo em conta o ciclo de vida dos documentos por três tipos de arquivos: arquivos correntes ou administrativos, arquivo intermédio e histórico, ou definitivo.

¹³ [Continuação] “O primeiro dêsses depósitos chama-se em França greffe e na Alemanha Registratur. Os funcionários respectivamente teem os nomes de greffier e Registrator. O segundo dos referidos depósitos chama-se como entre nós, arquivo. A nossa primitiva designação de depósito de documentos era de chartairo ou chartorio, mas êsse termo tem cada vez menor uso, desde que no seculo XVI começou a empregar-se a palavra arquivo, mais distinta. Os archivistas dos ministérios deveriam pois chamar-se cartorários, designação que ainda hoje conserva o empregado da Misericórdia do Pôrto que recolhe os documentos daquele instituto. Os ministerios francêses além dos seus cartórios, teem arquivos abertos ao público que neles vai estudar os assuntos que tem necessidade de conhecer historicamente, sem que ninguém pense em os ir deslocar e reunir num edificio especial. (...) O serviço do cartorário termina aqui, para começar o do archivista. (...) Com pouca despesa seria facil entre nós criar em quási todos os districtos arquivos onde se depositassem os cartórios dos conventos, os livros notariais anteriores a 1800, os livros findos das igrejas paroquiais, e os cartórios das câmaras municipais que não soubessem pôr em ordem os documentos dentro de certo prazo. O archivista seria remunerado pelo distrito, ficando, porém, sujeito à Inspeção das Bibliotecas Eruditas e Arquivos” (*Ibidem*, pp. 182-183).

¹⁴ Pereira, 1910, p. 7.

¹⁵ DIGIGOV/Diário do Governo Digital, 1888a, p. 2.

letivo faziam parte as cadeiras de Numismática, Bibliologia e Diplomática, a que acresceu a de Paleografia a partir de 1901. Pedro de Azevedo e António Baião apontavam-lhe uma insuficiência no que respeita às disciplinas lecionadas comparativamente aos países referidos anteriormente, bem como quanto ao “desenvolvimento a que tem jus a carreira dos funcionários das [sic] arquivos e bibliotecas”, concluindo que “até agora [1905] nenhum curso satisfaz plenamente os deveres que impõem as funções de conservadores do Archivo da Torre do Tombo e da Bibliotheca Nacional de Lisboa”¹⁶. Porém, a “prova de que ao “saber” prático começava a aliar-se a reflexão sobre esse mesmo saber, um sinal, sem dúvida, de afirmação disciplinar”¹⁷ saldou-se, mais tarde, na criação do “Estágio de Arquivistas” pelo decreto n.º 130 de 11 de setembro de 1913¹⁸, também sintomático da matriz técnico-historicista.

Já em 1931, o Curso Superior de Bibliotecário-Arquivista sofreu uma redução curricular em prol de uma crescente profissionalização, já sem acompanhar as tendências no plano internacional, o que para F. Ribeiro foi sintomático do gradual isolamento causado pelo regime ditatorial em vigor, que “não favoreceu os contactos internacionais nem o acompanhamento da evolução que se verificava na Arquivística”¹⁹. Transferido de Lisboa para Coimbra em 1935 e paulatinamente desfasado dos interesses da classe profissional portuguesa, a extinção da Inspeção deu-se a par do surgimento de modelos de formação alternativos, tendo sido institucionalizado um novo Estágio já em 1969, destinado à profissionalização de bibliotecários, arquivistas e documentalistas²⁰. Não obstante, esteve em vigor até 1982, data em que foi substituído pelo Curso de Especialização em Ciências Documentais.

Além dos modelos formativos instituídos, o esforço por uma crescente tecnicização teve ainda que ver não só com as *Regras Portuguesas de Catalogação* de Raul Proença (1884-1941) — gradualmente afastadas com a Ditadura Militar —, mas também com a ação da Junta Consultiva das Bibliotecas e Arquivos em matérias de tratamento técnico-documental, e os inquéritos levados a cabo nos anos de 1932-1933, 1943 e 1946, com o

¹⁶ Azevedo & Baião, 1905, pp. 210-211.

¹⁷ Ribeiro, 1998, p. 545.

¹⁸ Ministério de Instrução Pública; Direção-Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial, 1913, p. 3464.

¹⁹ Ribeiro, 2008a, p. 234.

²⁰ *Ibidem*, p. 234.

objetivo de identificar e caracterizar os serviços detentores de documentação. Contudo, segundo F. Ribeiro, os seus resultados “nunca chegaram a efetivar-se” e à exceção da direção de António Ferrão (1946-1954), “nada de relevante merece ser assinalado”²¹.

3. Roteiro para o estudo da ação da Inspeção através dos *Anais das Bibliotecas e Arquivos de Portugal (1914-1949)*

3.1. Ciclos de incorporações e a criação de arquivos distritais

A força dos ideais republicanos saldou-se numa aposta sistemática nos serviços de incorporações documentais nas coleções do Estado (1913-1914 e 1915-1916), nos termos da legislação vigente, e na criação de arquivos distritais e bibliotecas eruditas potenciados pela Inspeção, lançando as bases para a constituição de uma rede nacional de arquivos. Tal evidenciou, antes de mais, a continuação de uma política de desmantelamento das estruturas multisseculares de Antigo Regime, numa primeira fase rumo à centralização dos serviços, política que se reverte no decénio de 1920.

Os relatórios de Júlio Dantas com descrições sumárias das coleções incorporadas remetem as incorporações para o interesse da *população intelectual*, tendo abrangido um vasto conjunto de instituições: livrarias e cartórios de congregações religiosas; cartórios notariais, de mitras, cabidos e antigas colegiadas; arquivos das sés; livrarias de mitras e seminários; livrarias, papéis e cartórios dos paços reais e da nobreza; documentos pertencentes a tribunais, repartições e extintas instituições do Estado; cartórios paroquiais do país anteriores aos últimos cem anos; cartórios de hospitais e de misericórdias; até coleções existentes no estrangeiro, entre outros. Nas suas palavras, sumariando as riquezas bibliográficas e documentais incorporadas nos primeiros dois anos de direção,

Incorporar nas bibliotecas e arquivos do Estado os monumentos paleográficos e o património da livraria nacional, não é apenas salvá-los dum eventual destruição, reunindo-os, instalando-os e conservando-os: é colocá-los em condições de os tornar úteis, facilitando a sua consulta, promovendo a sua catalogação, inventariando, sumariando,

²¹ *Ibidem*, p. 233.

vulgarizando documentos pela publicação de índices, de repertórios, de coleções²².

Foi ainda levado a cabo um intenso processo de contabilização dos documentos e coleções, em jeito de inventário do património nacional, a par da sua reorganização, que contava já com descrições sistemáticas acerca do seu teor e catalogações. Concomitantemente, registaram-se também as datas exatas das incorporações, que se distribuíram pelo Arquivo Nacional da Torre do Tombo, pela Biblioteca Nacional de Lisboa, Biblioteca Municipal de Setúbal, Biblioteca Pública de Braga, Biblioteca Municipal de Santarém, Biblioteca Erudita e Arquivo Distrital de Leiria, Biblioteca Pública de Évora, Biblioteca Municipal de Viseu, Biblioteca Pública de Braga e pela Reitoria do Liceu de Santarém²³.

Além do mais, todo o processo foi alicerçado na ação legislativa do Governo, inexoravelmente associando-lhe a salvaguarda das riquezas bibliográficas e documentais do país, “da dispersão e da destruição provável, recolhendo-as, organizando-as e inventariando-as”²⁴. Porém, a opção centralizadora que presidiu até 1916 resultou numa acumulação excessiva de espécimes na Torre do Tombo e na Biblioteca Nacional, não havendo espaço para recolher as incorporações efetuadas. Tal conduziu à necessidade de conceber arquivos *satélites* dependentes do arquivo central, em Lisboa, de modo a aumentar a capacidade de organização das coleções numerosas, como o Arquivo dos Feitos Findos (decreto n.º 1659, de 15 de junho de 1915²⁵), instalado no extinto Convento da Estrela), o Arquivo dos Registos Paroquiais e Registo Civil (decreto n.º 2225, de 18 de janeiro de 1916, no antigo Paço de S. Vicente), o Arquivo das Congregações (decreto n.º 3410, de 28 de setembro de 1917²⁶), o Arquivo Histórico Militar — que, apesar de criado pelo decreto de 25 de maio de 1911, só dez anos mais tarde surge regulamentado no *Diário do Governo*, a 14 de outubro de 1921. Já no decénio de 1930, surgiram o Arquivo Histórico Colonial (decreto n.º 19868, de 9 de junho de 1931²⁷) e o Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, já

22 Dantas, 1914, p. 1.

23 *Ibidem*, pp. 1-8; *idem*, 1916, pp. 119-132.

24 *Idem*, 1917, p. 1.

25 Ministério de Instrução Pública; Repartição de Instrução Artística, 1915, p. 544.

26 Ministério de Instrução Pública; Secretaria-Geral, 1917b, p. 944.

27 Ministério das Colónias, 1931, p. 1080.

de 1937, constituído pelos núcleos e fundos do antigo Arquivo da Direção-Geral da Fazenda Pública (decreto-lei n.º 28187, de 17 de novembro²⁸)²⁹.

Insuficientes, perante as “repetidas reclamações de interesses locais e a congestão dos Arquivos de Lisboa determinada pelo afluxo incessante de novas livrarias e cartórios da província, a inconveniência e a dificuldade de persistir no regime centralista”, a ação da Inspeção reorientou-se para a criação de arquivos distritais. Numa lógica de descentralização dos serviços de Lisboa rumo às sedes de distrito, encarregues dos núcleos documentais da respetiva proveniência, esperava-se que as Juntas Gerais tomassem, “pelos respetivos orçamentos, a responsabilidade de as instalar, conservar, inventariar e guardar em arquivos distritais e bibliotecas eruditas”. O que Dantas entendeu por “[fazer] interessar os municípios na função organizadora da Inspeção” significou, na prática, a desresponsabilização dos organismos centrais, da Inspeção e do Governo, sobre os encargos financeiros provenientes da reorganização da paisagem arquivística do país, feita à custa dos orçamentos municipais, modelo consagrado mais tarde no art.º 26 do decreto n.º 19952, de 27 de junho de 1931³⁰ ³¹.

De tipo estadual-municipal, até 1917 tinham sido criados a Biblioteca Erudita e Arquivo Distrital de Leiria (decreto n.º 2250-J, de 3 de agosto de 1916³²), Biblioteca Erudita e Arquivo Distrital de Bragança (decreto n.º 2858, de 29 de novembro de 1916³³), o Arquivo Distrital de Évora (decreto n.º 2859, de 29 de novembro de 1916³⁴), o Arquivo Distrital de Braga (decreto n.º 3286, de 11 de agosto de 1917³⁵) e ao Arquivo da Universidade de Coimbra foi atribuída a função de arquivo distrital. Encontravam-se em vias de organização o Arquivo Distrital e Biblioteca Erudita de Viana do Castelo e Arquivo Distrital de Vila Real. Através dos *Anais* foi ainda possível delimitar procedimentos no que respeita à constituição física destes arquivos, notando-se uma preocupação inevitável com o edificado, recain-

28 Ministério das Finanças; Direção-Geral da Fazenda Pública, 1937, p. 1217.

29 Dantas, 1917, pp. 1-2; Azevedo, 1921, p. 333.

30 Ministério da Instrução Pública; Direção-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, 1931, pp. 1253-1269.

31 Dantas, 1917, pp. 2-3; *Idem*, 1932a, pp. 7-9.

32 Ministério de Instrução Pública; Repartição de Instrução Artística, 1916a, p. 765J.

33 *Idem*, 1916b, p. 1096.

34 *Idem*, 1916c, pp. 1096-1097.

35 Ministério de Instrução Pública; Secretaria-Geral, 1917a, pp. 646-647.

do sobre antigos conventos extintos, havendo necessidade de adaptação e melhorias dos espaços de modo a terem capacidade de albergar e preservar tamanha documentação. É também interessante notar que, muitas vezes, em zonas rurais onde subsistiam lógicas sociais de Antigo Regime, estes processos envolviam ainda um esforço de persuasão das famílias nobres para que depositassem no arquivo distrital os seus cartórios. Por outro lado, é evidente que as excessivas burocracias não só atrasavam como, por vezes, impediam mesmo a concretização destes projetos. Destarte, estes relatórios servem também para o reconhecimento da paisagem socio-cultural regional, mormente do ponto de vista arquivístico e documental, na medida em que os seus responsáveis empreendem um complexo registo da documentação já perdida e do estado da que se conserva, segundo um levantamento do estado atual arquivístico em cada paróquia, conservatória e cartório³⁶.

«Não compreendo a existência de democracias que não façam ler o povo», — disse o presidente Madison. E Melvil Dewey concluiu: «Se a idade-média teve uma preocupação — construir catedrais, nós devemos ter outra — fundar bibliotecas»³⁷.

No plano da reorganização das bibliotecas eruditas e populares, segundo Dantas, para a Biblioteca Nacional ser restituída “à sua exclusiva função conservadora e erudita”, era antes necessário “transformar as bibliotecas municipais de Lisboa em bibliotecas populares”, à luz das *free libraries*, *leschallen*, *sockenbibliotheker* e das *biblioteche del popolo*, através da promoção de serviços como a leitura domiciliária, das hemerotecas satélites e sucursais de empréstimo³⁸.

Para a arquivística portuguesa, a orientação manteve-se rumo à *rede provincial de arquivos*, através da criação quer de arquivos centrais nas sedes de distrito, excecionalmente de arquivos locais, quer de bibliotecas eruditas distritais ou locais, “sempre que haja núcleos de livreria de carácter erudito que convenha reunir, organizar e conservar”. Inovadora foi ainda a proposta, obviamente dependente dos orçamentos financeiros do Estado, de organização de um corpo móvel de arquivistas-paleógrafos, a agregar antigos estagiários ou diplomados do Curso de Bibliotecário-Arquivista que percor-

³⁶ Azevedo, 1916, pp. 133-136; Salgueiro, 1916, pp. 148-150.

³⁷ Dantas, 1917, p. 19.

³⁸ *Ibidem*, p. 18.

ressem os arquivos até então fundados, de modo a estudar e gerir coleções, bem como a elaborar cópias documentais e índices³⁹.

Ainda que o decreto n.º 19952 tenha impulsionado, no mesmo ano, o estabelecimento dos arquivos distritais de Ponta Delgada (decreto n.º 20484, de 7 novembro de 1931⁴⁰) e do Funchal (decreto n.º 20690, 30 de dezembro de 1931⁴¹), persistiam dificuldades sistémicas junto das juntas gerais e das comissões administrativas dos municípios, nomeadamente no que diz respeito à concessão de imóveis para a instalação dos arquivos e de verbas orçamentais para a sua efetiva concretização.

(...) apesar do carácter obrigatório que o artigo 27.º e seus parágrafos do decreto n.º 19:952 lhe atribui, a cooperação das corporações administrativas na instituição dos arquivos de distrito continua a ser, de facto, meramente facultativa, porquanto nem a lei confere a esta inspecção Geral os meios legais indispensáveis para tornar efectiva semelhante organização, nem as juntas e os municípios se encontram, na sua grande parte, em circunstâncias que lhes permitam assumir a responsabilidade de novos encargos⁴².

Por conseguinte, verifica-se que a ação da Inspeção se encontrava fortemente condicionada pela institucionalização de uma rede de interdependências e de uma teia de burocracias das quais fazia parte. Com o passar dos anos, se o problema da criação dos arquivos se encontrava resolvido, a insuficiência de verbas, as dificuldades administrativas ou as questões de instalação, continuariam a impedir arquivos de completar as incorporações previstas na lei respetivas à sua região. Daí que, de modo a melhor supervisionar estes processos, a Inspeção requeresse junto de cada direção relatórios a respeito das incorporações sucedidas, com o registo do seu estado de avanço, se completo se incompleto, e perspectiva quantitativa da documentação⁴³.

39 *Ibidem*.

40 Ministério da Instrução Pública; Direção-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, 1931a, p. 2476.

41 *Idem*, 1931b, p. 2778.

42 Dantas, 1932a, pp. 10-11.

43 Arquivos distritais: Estado das incorporações no primeiro trimestre de 1937, 1937, p. 113.

3.2 Modelos formativos especializados em biblioteconomia e arquivística

No que respeita aos modelos formativos especializados e promovidos pela Inspeção⁴⁴, sabemos que, de facto, o paradigma por esta instituído ultrapassou a sua própria extinção. Como referido anteriormente, o Curso Superior de Bibliotecário-Arquivista foi apenas dissolvido em 1982, aproximadamente duas décadas depois e formalizando até então perto de um século de existência, em grande parte quase exclusivamente quanto à formação de profissionais, ou cientistas da informação.

Funcionando em concomitância com o curso de biblioteconomia e arquivística e seguindo também as influências da arquivística histórico-tecnicista espanhola e francesa, em 1913 foi instituído, pelo decreto n.º 130 de 11 de setembro, o Estágio de Arquivistas, com vista a completar a formação teórica com a prática profissional, visando também a “organização e o inventário das coleções arquivadas nos diferentes Ministérios”⁴⁵. Além da componente prática, do Estágio faziam parte os cursos de Arquivologia, destinados à prática de registos de entrada, sumarização dos documentos e ao contacto no terreno com arquivos — pautando-se pelo paradigma tecnicista do “Manual dos Arquivistas Holandeses” de 1898; Paleografia, para o estudo da história da escrita e diferentes tipologias de caracteres sucessivamente utilizados; e Biblioteconomia, especificamente destinado a trabalhos de catalogação⁴⁶.

Todavia, dos *Anais* obtemos uma perspetiva crítica com base na apresentação de dados estatísticos feita por José da Silva Pessanha, diretor do Estágio, relativos ao seu funcionamento nos anos letivos de 1913-14, 1914-15 e 1915-16. Se no primeiro ano o *movimento de curiosidade* motivara 94 inscrições, a segunda edição assistiu a um decréscimo brutal, de aproximadamente 68%, contando apenas com 30 inscritos. No ano de 1915-16, a tendência manteve-se, assinalando uma diferença percentual de 84% face a 1913-14, com 15 inscritos. No último ano, aliás, as desistências que se somaram ao número reduzido de alunos conduziu ao encerramento do Estágio antes do termo do ano letivo por decisão dos próprios professores do curso⁴⁷.

⁴⁴ Para uma análise do contexto, organização e funcionamento do Estágio de Arquivistas (1913-1918) e do Curso Superior de Bibliotecário-Arquivista, entre 1931 e 1936, cf. Vivas, 2021.

⁴⁵ Ministério de Instrução Pública; Direção-Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial, 1913, p. 3464.

⁴⁶ Pessanha, 1915, pp. 205-207.

⁴⁷ *Ibidem*, p. 204; *idem*, 1916, p. 146.

Segundo Pessanha, “O Estágio interessa em especial a uma classe de funcionários, que, sendo restrita, é, por isso mesmo, de lenta renovação: a dos funcionários incumbidos de bibliotecas e arquivos, nas diferentes repartições públicas”⁴⁸. De facto, a grande maioria dos inscritos pertencia ao funcionalismo público e estimava-se que exercia já funções em arquivos, como se verifica para 93% dos inscritos em 1914-15. Era este o público que o Estágio pretendia captar, tal como expresso no decreto de 11 de setembro⁴⁹. Estes que, após a participação em visitas de estudo aos arquivos oficiais, referiram a sua “péssima instalação” à semelhança das palavras do próprio diretor do Estágio, caracterizando-os como “caóticos acervos de papéis, alojados em casas sem ventilação nem luz, a que, nalgumas repartições do Estado, se dá, pela mais pungente das ironias, o nome de arquivos”⁵⁰. Foi encerrado no ano de 1918.

Sem mais apontamentos sobre o Estágio de Arquivistas, seria de esperar a existência de relatórios a respeito do funcionamento do único curso de bibliotecário-arquivista no panorama nacional. Porém, temos apenas três referências do ano de 1920⁵¹. Ainda que publicada a composição dos professores do Curso de Biblioteconomia e Arquivística a 30 de agosto de 1919, sabemos que as lições — Paleografia, Diplomática, Bibliologia, Biblioteconomia, Iconografia — foram inauguradas já em abril do ano seguinte, após publicação no regulamento do *Diário do Governo* a 12 de fevereiro de 1920 (decreto n.º 6:385).

3.3. Reformas na Biblioteca Nacional

Da Biblioteca Nacional os *Anais* conferem-nos essencialmente três vetores de análise relativos ao funcionamento desta instituição. Primeiramente, é através de Raul Proença (membro do quadro entre 1911-1927 e Chefe dos Serviços Técnicos) e Jaime Cortesão (diretor entre 1919-1927), republicanos e figuras da *Seara Nova*, que conseguimos perspetivar criticamente o estado

⁴⁸ *Idem*, 1916, p. 146.

⁴⁹ Destinava-se “Ao pessoal, a cujo cargo se encontram ou venham a encontrar-se todos os arquivos que direta ou indiretamente dependam das Secretarias Gerais dos Ministérios do Interior, Justiça, Finanças, Marinha, Estrangeiros, Fomento, Colónias e Instrução Pública” (Ministério de Instrução Pública; Direção-Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial, 1913, p. 3464).

⁵⁰ Pessanha, 1915, pp. 205; 207.

⁵¹ Curso de Biblioteconomia e Arquivística, 1920a, p. 68; Curso de Biblioteconomia e Arquivística, 1920b, p. 151; Curso de Biblioteconomia e Arquivística, 1920c, p. 292.

de conservação da instituição e a reforma levada a cabo até 1919, enunciando os trabalhos realizados na instituição. De seguida, os números transmitem-nos a preocupação eminente a respeito das condições da instalação da Biblioteca e possível transferência para um novo edifício.

O espírito republicano em Raul Proença fala-nos de uma organização *rude* que nem a própria conservação dos manuscritos conseguia assegurar, referindo-se à anterior administração como *inorgânica* e *caótica*⁵², em conformidade com o relato de 1914 de José António Moniz, para quem “a última classificação que se pretendeu adotar é perfeitamente deficiente e antibibliográfica”⁵³. Segundo Proença, “Nessa Biblioteca, à magreza anémica da concepção” — referindo-se ao que considerava ser uma ausência de atitude filosófica e ideias gerais — “correspondia a frouxidão absoluta dos processos. Nada que se parecesse com os mais grosseiros rudimentos duma divisão do trabalho: nem diferenciação de serviços, nem hierarquia de funções, nem unidade de direção técnica”⁵⁴. Noutra passagem, referindo-se à ingerência excessiva do funcionalismo público, responsável pela compressão do pessoal e ineficaz condução dos serviços e necessários melhoramentos, chamava a atenção para a necessidade da sua redução *críteriosa* e *inflexível*⁵⁵. Mais do que uma avaliação da Biblioteca o autor traçava o panorama geral das bibliotecas portuguesas que a I República acolhera. Com uma visão claramente progressiva, salientava o que, para si, representava o verdadeiro problema a resolver, o de encontrar um compromisso “entre os interesses dos leitores do tempo atual e os dos tempos futuros”, sob pena de as bibliotecas e arquivos nacionais faltarem à sua principal missão, “a de ser um reservatório onde os homens de hoje, como os de amanhã, possam achar as fontes dos seus estudos”⁵⁶.

Destarte, no país da papelada, que é ao mesmo tempo o Reino do Paradoxo, era necessário fazer da Biblioteca Nacional o epicentro, a par do Arquivo Nacional, da conservação do património da cultura nacional, e levantava-se a questão de uma classificação nacional de bibliotecas por tipologia (cultura, informação, educação e recreio), em conformidade com

⁵² Proença, 1920b, p. 106.

⁵³ [Continuação] “não só não tem lugar para a Sociologia, Economia Política e tantas outras ciências, mas pretende separar as Ciências das Artes, o que é realizável sob o ponto de vista conceptual, mas impossível sob o ponto de vista bibliográfico” (Moniz, 1914, p. 10).

⁵⁴ Proença, 1920a, pp. 19; 22.

⁵⁵ *Idem*, 1920e, p. 208.

⁵⁶ *Idem*, 1920a, p. 22.

os ideais republicanos a respeito da cultura e do ensino. É neste sentido que Proença conceptualiza uma Biblioteca Nacional enquanto instrumento de investigações científicas, Repositório Geral da Livraria Nacional, Organismo Bibliográfico Nacional, depósito do *Catálogo Coletivo da Nação*, Conservatória Nacional do Registo de Propriedade Literária e Repartição Central do Serviço de Trocas Internacionais⁵⁷.

Por conseguinte, é enunciado explicitamente o escopo da reforma de 1919, obra de Proença e Cortesão impressa no decreto n.º 5618 de 10 de maio⁵⁸, de acordo com a centralização já empreendida no âmbito dos ciclos de incorporações. Pretendia-se conferir a organicidade inexistente à Biblioteca e “Levar a divisão do trabalho e a conseqüente centralização de serviços até aos limites do possível”. Para a prossecução deste objetivo, empreenderam-se esforços no sentido da diferenciação dos serviços técnicos de catalogação, alfabetação e classificação bibliográfica, e de natureza administrativa (tesouraria, serviço de aquisições), que deram origem às duas grandes divisões⁵⁹. Segundo o plano elaborado pelo Inspetor Júlio Dantas, procedeu-se, em primeiro lugar, à fixação e elaboração dos catálogos, seguidamente, à organização dos respetivos serviços e, por fim, à distribuição do pessoal⁶⁰. Além do mais, regulamentaram-se as promoções por distinção, gratificações superiores e o aumento dos vencimentos, excedendo, até, os ordenados do pessoal da secretaria do Ministério da Instrução⁶¹. Aliás, a valorização do pessoal dos quadros da Biblioteca e do corpo profissional tinha sido já patente na elaboração dos decretos para a reforma de 1919, na medida em que foram feitos não só a partir de institutos científicos e literários nacionais, mas sobretudo da consulta junto dos funcionários do estabelecimento⁶².

Do relatório do primeiro ano da direção de Jaime Cortesão, no que aos serviços técnicos e administrativos diz respeito salienta-se a elaboração de projetos de regulamento tanto da Biblioteca Nacional como do Curso de Biblioteconomia e Arquivística; de instruções minuciosas a reger os serviços bibliotecários, as *Regras Portuguesas de Catalogação* de Proença; da Lista das Rubricas Ideográficas; a publicação de artigos de especialidade nos *Anais*; constituição da secção de Bibliografia; inventariação dos volumes incorpo-

57 *Idem*, 1920a, pp. 21; 23.

58 Ministério da Instrução Pública; Direção-Geral do Ensino Superior, 1919, pp. 966-975.

59 Proença, 1920b, p. 107.

60 Moniz, 1914, pp. 9-10.

61 Proença, 1920e, pp. 209-210.

62 Reforma e regulamento da Biblioteca Nacional, 1920, p. 47.

rados dos conventos extintos; organização do serviço de aquisições e fiscalização do depósito legal e do primeiro catálogo coletivo de revistas e enciclopédias existentes nas bibliotecas de Lisboa⁶³.

Por fim, os números dos *Anais* revelam que entre 1921 e 1936 foi estudada a reinstalação BN, por se considerarem insuficientes as condições de alojamento dos fundos documentais. Tal passou pela nomeação de uma Comissão Especial de modo a propor ao Governo a adaptação do edifício então existente, no antigo Convento de S. Francisco, ou a construção de um novo no mesmo local, medida que foi reprovada uma vez que aplicaria a sua destruição. A solução foi que o antigo Convento se adaptasse a qualquer outra repartição pública do Estado e que se reconstruísse um novo edifício, noutra local, destinado à Biblioteca — determinando ainda que ficasse isolado de arruamentos e aglomerações habitacionais, bem como a área mínima que deveria conter. Todavia, quinze anos volvidos mantinha-se a urgência da transferência das instalações, sendo outro caso paradigmático de como a falta de recursos financeiros impedia o desenvolvimento dos serviços arquivísticos portugueses⁶⁴.

3.4. Iniciativas no plano técnico

Ao longo de pouco mais de duas décadas, os números dos *Anais* sugerem-nos que as questões de catalogação foram de máxima importância para a biblioteconomia e arquivística portuguesas. Numa primeira fase, os esforços empreendidos resultaram na compilação das *Regras Portuguesas de Catalogação* por Raul Proença, não tendo sido alheios ao facto de, na mesma altura, ter sido atribuída autonomia técnica e administrativa à Biblioteca Nacional, no seguimento da organização dos serviços⁶⁵. De valor indelével, os resultados de um trabalho conjunto representam uma tentativa precoce em direção a uma *uniformidade de métodos* ao nível nacional⁶⁶, tendo sido as *regras* distribuídas pelas várias bibliotecas do país, academias, escolas e particulares, em prol de uma catalogação o mais normalizada possível. Até

⁶³ Cortesão, 1920, pp. 217-230.

⁶⁴ A Biblioteca Nacional, 1923, pp. 146-148; Relatório da Comissão do edifício da Biblioteca Nacional, 1921, pp. 335-338. Programa das novas instalações da Biblioteca Nacional, 1936, pp. 33-40a. No último artigo referido encontra-se um plano minucioso para a instalação do novo edifício.

⁶⁵ Ribeiro, 1998, p. 603.

⁶⁶ No ano seguinte são publicadas as 25 regras de catalogação que precedem o catálogo manuscrito da Biblioteca de Mafra. Cf. Proença, 1921, pp. 154-155.

então, “A cada passo do catalogador surgiam dúvidas (...) não só entre os vários empregados duma mesma biblioteca, como entre a prática dum dia e a prática do dia seguinte do mesmo catalogador”. Por conseguinte, visava-se “fixar métodos precisos de trabalho, resolver dúvidas e estabelecer decisão entre critérios alternativos, unificar os serviços de catalogação”, e permitir, posteriormente, a constituição de um *catálogo colectivo das bibliotecas portuguesas*⁶⁷. Nas palavras de Proença, “fixar as regras de maneira que a pesquisa de qualquer obra fosse a mais rápida e o mais segura possível: pôr um termo ao trabalho de tentativas, fazer do catálogo uma espécie de mecanismo de relojoaria, duma precisão matemática”⁶⁸.

No mesmo sentido, destinaram-se não só à uniformização bibliográfica, mas também a tornar conhecidas dos estudiosos e académicos o que podemos denominar de regras de investigação, elementos elucidativos das pesquisas, ao pretender implementar e institucionalizar critérios sistemáticos de consulta⁶⁹. As próprias *regras* constituem *per se* um instrumento de máxima importância, uma vez que servem ainda para o estudo do aprimoramento dos métodos de catalogação em Portugal, mormente no período contemporâneo, num momento em que se procurava aproximar dos desenvolvimentos internacionais. Estas questões são reavivadas após a nomeação de António Ferrão⁷⁰ para o cargo de subinspetor em 1929, sendo dez anos após a reforma de 1919 iniciados os trabalhos para a elaboração do *Catálogo geral das bibliotecas portuguesas*, em conformidade com os artigos 3º do decreto n.º 8734, de 7 de agosto de 1930, e 174º do decreto n.º 19952, de 27 de junho de 1931⁷¹. Deste modo, a aposta no desenvolvimento de instrumentos de acesso à informação, de princípios orientadores e sistemas de classificação, tais como as *regras de catalogação*, são reveladores de uma

⁶⁷ Proença, 1920c, pp. 107-108.

⁶⁸ *Idem*, 1920f, p. 210.

⁶⁹ Catálogos que se pretendiam organizar na Biblioteca Nacional: geral onomástico; geral de títulos; geral ideográfico-cronológico; sistemático por secções; topográfico; alfabético do registo de entrada e de propriedade literária (Moniz, 1914, pp. 10-11).

⁷⁰ Nas suas palavras, “tem-se procurado, por uma crescente regulamentação, indo no maior detalhe, alcançar toda a possível uniformidade nos processos e nas práticas do trabalho catalogar, reduzindo ao mínimo o arbitrário e o subjectivo dos catalogadores. (...) de maneira a facilitar, pela forma única desses elementos, uma boa ordenação alfabética e, por natural consequência, uma profícua consulta catalogar (...) tem-se procurado conseguir que a descrição catalográfica das espécies seja tão completa quanto possível, por forma que, pelo menos, para os não cimeiros, se possa por meio de verbete identificar uma espécie e, mesmo, avaliar o seu mérito bibliológico e bibliográfico” (Ferrão, 1937, pp. 65-66).

⁷¹ *Idem*, 1932, pp. 13-21; Ministério da Instrução Pública; Direção-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, 1931, p. 1253; *idem*, 1930, p. 1609.

vontade explícita de disponibilizar a informação contida nos documentos conservados, arquivos e bibliotecas.

No âmbito do plano técnico merece também destaque a criação de um “Posto de Saneamento e Desinfecção de Livros” na Biblioteca Nacional, regulado por decreto de 8 de outubro de 1914, destinado ao tratamento e restauro decorrentes de infestações e à profilaxia do próprio leitor, de modo a eliminar fontes suspeitas de contaminação, contando com a construção de um pavilhão destinado especificamente para este efeito. Trata-se de uma tomada de consciência sobre os insuficientes cuidados na conservação dos manuscritos e consequente perda da documentação, alertando para a necessidade de desinfecção periódica dos livros e de *biblioterapêutica*. Por biblioterapêutica, entende-se o conjunto das “operações destinadas a preservar o leitor pela desinfecção do livro, e as operações tendentes a defender os próprios livros das doenças que os atacam, isolando-os e tratando-os sistematicamente”⁷².

Note-se os trabalhos de Arnaldo Ataíde e Melo e António Baião para a identificação de manuscritos e elaboração de um dicionário de bibliotecnia, e para o estudo do inventário geral da Torre do Tombo, respetivamente. Ataíde e Melo traz aos *Anais* estudos de diplomática e autenticidade dos documentos, em quatro números, com vista a determinar e controlar a idade e origem da maior parte dos manuscritos e impressos nos arquivos portugueses, bem como publica uma extensiva “Tentativa de um dicionário de bibliotecnia”, em seis números⁷³. Já António Baião, diretor da Torre do Tombo entre 1908 e 1949, sugere que até à data nunca fora concretizado um inventário geral da Torre do Tombo, em jeito de defesa e garantia da integral conservação do arquivo. Ao invés, o que existira seria um inventário-guia elaborado pelo anterior diretor, José Basto, para uso dos empregados, além de *O Arquivo da Torre do Tombo, sua historia, corpos que o compoem e organização*, da iniciativa de Baião e Pedro de Azevedo, publicado em 1905⁷⁴.

Por fim, são notáveis as formulações no tocante a uma tentativa de conceptualização do método arquivístico e as confrontações entre saberes

⁷² O sobredito pavilhão compreende: “a) o hemiciclo para arejamento e exposição ao sol; b) a sala para saneamento de livros pelos processos mecânicos; c) a instalação dos serviços de desinfecção, dotada com duas estufas modelo Soubiron para desinfecção de livros pela acção do aldeído fórmico, e com duas caixas de fumigação, tipo Du Buysson modificado, para destruição dos insectos bibliófagos, suas larvas e ovos, pelo cloro gasoso ou pelo sulfureto de carbónio; d) crematório anexo para incineração das espécies inutilizadas ou intratáveis” (Dantas, 1915, pp. 49-50).

⁷³ Cf. Melo, 1924a; 1924b; 1924c; 1924d; 1925a; 1925b; 1925c; 1925d; 1925e; 1926.

⁷⁴ Baião, 1937, pp. 163-165.

e práticas. A este respeito, atente-se nas palavras de Pedro de Azevedo em artigo de 1921 e nas seguintes aceções para *documento*:

Em arquivologia os documentos dividem-se em duas espécies: arquivados e de expediente. Os primeiros são os documentos ou processos existentes de tempos antigos nos arquivos ou remetidos recentemente pelas repartições públicas; os segundos são os guardados nas mesmas repartições públicas e que estão constantemente a ser folheados para objeto do serviço corrente⁷⁵.

3.5. Relatórios de atividade, programas, e outras questões teórico-práticas

Por fim, a partir da publicação nos *Anais* de relatórios de atividade e outros estudos e reflexões, foi possível compreender um conjunto de questões teórico-práticas levantadas a respeito da paisagem arquivística portuguesa contemporânea, além das iniciativas presentes nos sucessivos relatórios de atividade.

Numa primeira fase, é notável o alento cultural concedido pela República ao quadro em que se inseria a Inspeção, nomeadamente através das preocupações com a instrução e o papel das bibliotecas como potenciadoras de um novo dinamismo civilizacional, bem como nas tentativas em acompanhar os progressos no plano internacional. Desde logo, surge expressa a ideia que presidira à criação das Bibliotecas Populares, a de que “O mundo moderno será, em grande parte, o que for a educação das massas proletárias”⁷⁶. Por conseguinte, para as camadas modernas e intelectuais, as bibliotecas deveriam ser tomadas como a propulsoras do saber e propulsoras do *progresso filosófico*, tão caro ao republicanismo, as transmissoras da cultura pela *coletividade*, cujo poder passaria inexoravelmente pela sua organização, em conformidade com os trabalhos então levados a cabo pela Inspeção, anteriormente analisados⁷⁷.

⁷⁵ Azevedo, 1921, p. 333. De 2018, o *Glossário de termos arquivísticos* dá a seguinte explicação para o conceito de “documento administrativo”: “Qualquer suporte de informação sob forma escrita, visual, sonora, eletrónica ou outra forma material, na posse dos órgãos e entidades do Estado e das Regiões Autónomas, ou detidos em seu nome. (Lei n.º 46/2007)”, sendo possível notar semelhanças concretas com quase um século de diferença e evolução da arquivística (Fundação para a Ciência e Tecnologia; Arquivo de Ciência e Tecnologia, 2018, p. 4).

⁷⁶ Proença, 1920d, p. 109.

⁷⁷ Cordeiro, 1920, pp. 114-115.

Por outro lado, os esforços por aproximar a arquivística e biblioteconomia portuguesas às estrangeiras, nomeadamente à belga, pautaram-se por iniciativas um tanto ou quanto ténues. Entre estas, a promoção de estudos no estrangeiro dos funcionários superiores da Biblioteca Nacional e o estabelecimento e organização do serviço de empréstimo internacional de livros e documentos entre os membros da Comissão Internacional de Cooperação Intelectual da Sociedade das Nações (1919-1946), segundo parecer emitido pela Inspeção a 10 de novembro de 1925⁷⁸. Neste, sugere-se a Biblioteca Nacional como correspondente com o organismo central recetor e coordenador, o Instituto de Bruxelas, fornecendo informações requeridas pelos académicos, bibliografias e cópias ou reproduções fotográficas requisitadas. Todavia, é Júlio Dantas que, em 1931-1932, alerta para os perigos que resultaram da venda ao estrangeiro de espécies bibliográficas, artísticas e arqueológicas, alertando para a necessidade de defender e proteger o património nacional através de diplomas legislativos e de um inventário do património nacional, em relatório dirigido à Direção-Geral do Ensino Superior e Belas Artes⁷⁹. Foi, então, que tiveram início as primeiras *inspeções* a arquivos — Arquivo do Tribunal de Contas, Arquivo do Tribunal da Relação de Lisboa, Arquivo da Universidade de Coimbra, Arquivo Distrital do Porto, Cartório e Casa do Cabido de Évora — com o intuito de um reconhecimento geral da documentação neles conservada e condições dessa preservação⁸⁰.

Em 1936, com a atribuição da subsecção “Literatura, bibliotecas e arquivos”, dentro da 6.ª secção de Belas Artes, a cargo da direção da Inspeção, surgiram novas medidas com vista a dinamizar a atividade programática deste organismo e no sentido da defesa e valorização da propriedade intelectual do Estado. Entre outras, tal passou pela concessão de prémios e publicação de obras originais “que melhor realizem a conjugação da arte com o espírito nacionalista”; promoção da elaboração de diretrizes técnicas e uniformizadas para o inventário e catalogação de todas as espécies existentes nas bibliotecas e arquivos do Estado ou outra entidade pública, bem como da classificação das bibliotecas e arquivos; concretização do catálogo das bibliotecas portuguesas — a arrastar-se desde 1919; constituição de núcleos locais de proteção documentária, em prol da criação de uma biblioteca-arquivo em cada concelho — sendo um passo

⁷⁸ Cortesão, 1921, p. 10; Dantas, 1926, pp. 5-7.

⁷⁹ Dantas, 1931, pp. 23-26.

⁸⁰ *Idem*, 1932b, pp. 121-133.

essencial para a constituição de arquivos municipais; e, por fim, a criação, em 1932, dos *Anais das Bibliotecas, Arquivos e Museus Municipais*, de Lisboa, a cargo de Joaquim Leitão⁸¹ 82.

4. Considerações finais

Em 1933 foi suspensa a publicação dos *Anais das Bibliotecas e Arquivos de Portugal*, apenas retomada em 1936. Das razões que determinaram a sua interrupção, Dantas justifica-as por dificuldades de ordem administrativa, desde logo pela eliminação na tabela de despesas do Ministério da Instrução Pública da verba designada aos encargos da respetiva composição e impressão nos anos de 1933, 1934 e 1935⁸³. Porém, à medida que entramos na última fase da sua direção, notamos uma clara reorientação dos *Anais*. De estudos, crónicas e comunicações, passamos a constatar relatórios mais densos — “muitíssimo mais bibliotecnia, catalografia e arquivoeconomia”, como anunciava o subinspetor António Ferrão. Sugeria também a realização de trabalhos prévios como inquéritos anexos — um analítico, aos estabelecimentos, e outro sumário, com vista a conhecer o estado atual dos restantes arquivos e bibliotecas alheios à Inspeção, bem como à elaboração de um Guia das Bibliotecas de Lisboa —, e monografias especializadas, de carácter técnico⁸⁴. A partir de então, são vários os “Relatórios dos diretores dos estabelecimentos dependentes da Inspeção” publicados, cujo escopo é a atividade dessas bibliotecas e arquivos⁸⁵, em conformidade com os sobreditos inquéritos⁸⁶. A verdade é que as publi-

⁸¹ Publicação destinada a “constituir instrumentos de permuta com as revistas dos municípios estrangeiros, a versar assuntos de pré-história, história e actualidade olisiponense, a registar as entradas de novas espécies nas bibliotecas, de novos documentos no arquivo e de novas coleções nos museus municipais” (*Anais das Bibliotecas, Arquivos e Museus Municipais*, 1932, p. 26).

⁸² Dantas, 1936, pp. 87-91.

⁸³ *Ibidem*, p. 87.

⁸⁴ Cf. Ferrão, 1946, pp. 5-60.

⁸⁵ Já em 1931, a jurisdição da Inspeção recaía sobre inúmeros organismos, tais como: Biblioteca Nacional de Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Biblioteca da Ajuda, Biblioteca de Évora, arquivos distritais do Porto e de Coimbra, Arquivo Municipal de Guimarães, bibliotecas públicas de Braga, de Castelo Branco, de Vila Real e de Ponta Delgada, bibliotecas eruditas de Leiria e de Bragança, Biblioteca Popular Central de Lisboa, bibliotecas populares e móveis e arquivos e bibliotecas municipais e paroquiais, entre outros (Ribeiro, 1998, p. 230).

⁸⁶ Os vários âmbitos dos inquéritos realizados, segundo as “crónicas” de Ferrão: 1) precauções e vigilância na leitura pública de modo a evitar a danificação dos espécimes; 2) o perigo de roubo de espécimes; 3) normas para a elaboração de catálogos, roteiros e índices das bibliotecas e arquivos; 4) necessidade de reclassificação das bibliotecas portuguesas por categorias e tipologias, segundo obje-

cações mais se assemelham a peditórios à Direção-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes do que a relatórios de atividade ou somatório de contas de obras realizadas, permitindo-nos reconhecer o estado deficitário das bibliotecas e arquivos portugueses à época, sendo possível depreender que a dependência de um organismo superior limitava fortemente a ação da Inspeção.

Em suma, a par da legislação publicada, os *Anais* são ilustrativos da atividade programática da Inspeção das Bibliotecas e Arquivos, permitindo radiografar as várias orientações tomadas ao longo da primeira metade do século XX, mormente da intensa atividade deste organismo sobretudo a partir da nomeação de Júlio Dantas para o cargo de Inspetor, em 1912. No que diz respeito às práticas arquivísticas e biblioteconómicas no espectro em análise, foi com “tíbieza na acção”⁸⁷ que a Inspeção procurou soluções transitórias para desafios do momento, enfrentando o excesso de burocratização e a falta de recursos financeiros.

(...) o período do pós-guerra, Portugal entrou numa fase de imobilismo e estagnação, em consequência do regime político vigente, contrastando com a abertura e acelerado progresso que se viviam em outros países da Europa. Neste contexto, os arquivos e a Arquivística não viram surgir nada de novo; pelo contrário, sofreram as consequências óbvias do estado de apatia que sobre eles se abatera. Em matéria de legislação não houve qualquer medida de valor, resumindo-se os diplomas a questões de gestão corrente. A própria Inspeção perdera o vigor de outrora e tornava-se num organismo ineficaz e até mesmo inoperante, não pro-

tivos e finalidade de ação cultural; 5) estabelecimento de programas de aquisições de obras estrangeiras para as bibliotecas; 6) obras a realizar na Biblioteca Nacional; 7) necessidade de estabelecimento de bibliotecas administrativas junto de cada organismo ou serviço público; 8) a ação das bibliotecas municipais como centros de distribuição bibliaca no funcionamento das bibliotecas rurais; 9) criação de bibliotecas populares anexas às escolas primárias; 10) necessidade de criação de bibliotecas rurais nas regiões de população dispersa; 11) solicitação de verba para a necessidade de organização e multiplicação das salas públicas de leitura; 12) classificação geral dos arquivos portugueses, arrumação segundo a natureza e proveniência dos manuscritos; programa de incorporações futuras; 13) a classificação e arrumação dos núcleos de manuscritos e a elaboração de roteiros-índices, ou inventários-índices, e de catálogos de arquivos e de secções de manuscritos de bibliotecas; 14) necessidade de acabar com a atual dispersão dos núcleos do ANTT, tornando-os homogêneos e tão completos quanto possível, mercê de uma conveniente classificação, ordenação e arrumação; 15) dispersão de núcleos de manuscritos da mesma natureza por arquivos diferentes: inconvenientes arquivísticos e científicos de tal desorganização e forma de a solucionar; 16) perigos de incêndio que ameaçam as bibliotecas e arquivos; 17) reuniões dos diretores das principais bibliotecas de Lisboa; 18) criação de um Instituto Nacional de Bibliografia; 19) visitas aos Arquivos de Registos Paroquiais e dos Feitos Findos; 20) criação de um serviço permanente de receção de espécies oferecidas para as Bibliotecas e Arquivos públicos; 21) realização anual da “Semana do Livro”; 21) os depósitos ou armazéns das bibliotecas. Cf. Ferrão, 1946, pp. 5-60; *idem*, 1947, pp. 5-60; *idem*, 1948, pp. 5-50.

⁸⁷ Ribeiro, 2008b, p. 197.

movendo contactos com os organismos internacionais que desenvolviam trabalho e estudos na área dos arquivos como era o caso do Conselho Internacional de Arquivos, nascido em 1950⁸⁸.

Foram os vícios da *inoperância* e *imobilismo* que ditaram a extinção da Inspeção pela reforma legislativa de 22 de maio de 1965 (decreto-lei n.º 46.350), na qual se reconhecia que “os nossos serviços bibliotecários e arquivísticos estão muito longe de cumprir a sua missão”, na medida em que os núcleos documentais se encontravam desordenados e dispersos por todo o país, carecendo de uma correta conservação e preservação dos espécimes, e os próprios fundos permaneciam erroneamente inventariados, “quando não estão convertidos em simples armazéns de papéis e livros sobre que não se exerceu ainda o mais leve trabalho de reconhecimento”⁸⁹. Além do mais, o próprio património documental deixara de ser acessível aos investigadores e ao público que procurava os arquivos portugueses, tendência que percorre o período do Estado Novo (1933-1974). Assim surgiram vozes inconformadas no sentido de uma renovação urgente, a passar pela elaboração e difusão de novos roteiros e inventários, bem como por uma reorganização de cada arquivo⁹⁰.

5. Bibliografia final

5.1. Fontes impressas

5.1.1. Legislação

Decreto de 29 de dezembro de 1887 do DIGIGOV/Diário do Governo Digital (1820-1910). (1888a). Diário do Governo: 1, pp. 1-4. https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1888&mes=1&tipo=a-diario&filename=1888/01/02/D_0001_1888-01-02&pag=1&txt=tombo

⁸⁸ Ribeiro, 1998, p. 622.

⁸⁹ Ministério da Educação Nacional; Direção-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, 1965.

⁹⁰ Rau, V. (1953). Arquivos de Portugal: Lisboa. In Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, Washington, *Atas* (pp. 189-213). The Vanderbiet University Press *apud* Ribeiro, 1998, p. 622. Cf. Peixoto, J. (1957). *Para uma reforma das bibliotecas e arquivos portuguesas*. Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências *apud* Ribeiro, 1998, p. 623; *idem*. (1966). Sessão de encerramento: relatório final, pelo secretário da Comissão Organizadora. In *Atas Do I Encontro dos Bibliotecários e Arquivistas Portugueses* (p. 624). Universidade de Coimbra *apud* Ribeiro, 1998, p. 624.

- Decreto de 28 de dezembro de 1901 do DIGIGOV/Diário do Governo Digital (1820-1910). (1888b). Diário do Governo, 294, pp. 3663-3881. https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1901&mes=12&tipo=a-diario&filename=1901/12/28/D_0294_1901-12-28&pag=10&txt=collecções
- Decreto n.º 130 do Ministério de Instrução Pública; Direção-Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial. (1913). Diário do Governo: I série, n.º 213, p. 3464. <https://dre.tretas.org/dre/2400857/decreto-130-de-11-de-setembro>
- Decreto n.º 1659 do Ministério de Instrução Pública; Repartição de Instrução Artística. (1915). Diário do Governo: I série, n.º 113, pp. 544-545. <https://dre.tretas.org/dre/2404161/decreto-1659-de-15-de-junho>
- Decreto n.º 2250-J do Ministério de Instrução Pública; Repartição de Instrução Artística. (1916a). Diário do Governo: I série, n.º 154, pp. 765J-766J. <https://dre.tretas.org/dre/2405686/decreto-2550-J-de-3-de-agosto>
- Decreto n.º 2858 do Ministério de Instrução Pública; Repartição de Instrução Artística. (1916b). Diário do Governo: I série, n.º 242, p. 1096. <https://dre.tretas.org/dre/2406652/decreto-2858-de-29-de-novembro>
- Decreto n.º 2859 do Ministério de Instrução Pública; Repartição de Instrução Artística. (1916c). Diário do Governo: I série, n.º 242, pp. 1096-1097. <https://dre.tretas.org/dre/2406653/decreto-2859-de-29-de-novembro>
- Decreto n.º 3286 do Ministério de Instrução Pública; Secretaria-Geral. (1917a). Diário do Governo: I série, n.º 132, pp. 646-647. <https://dre.tretas.org/dre/2407393/decreto-3286-de-11-de-agosto>
- Decreto n.º 3410 do Ministério de Instrução Pública; Secretaria-Geral. (1917b). Diário do Governo: I série, n.º 168, pp. 944-945. <https://dre.tretas.org/dre/2407590/decreto-3410-de-28-de-setembro>
- Decreto n.º 5618 do Ministério da Instrução Pública; Direção-Geral do Ensino Superior. (1919). Diário do Governo: I série I, n.º 98, pp. 966-975. <https://dre.tretas.org/dre/2413200/decreto-5618-de-10-de-maio>
- Decreto n.º 18734 do Ministério da Instrução Pública; Direção-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes. (1930). Diário do Governo: I série, n.º 182, pp. 1609-1610. <https://dre.tretas.org/dre/2442612/decreto-18734-de-7-de-agosto>
- Decreto n.º 19868 do Ministério das Colónias. (1931). Diário do Governo: I série, n.º 133, pp. 1080-1081. <https://dre.tretas.org/dre/286581/decreto-19868-de-9-de-junho>
- Decreto n.º 19952 do Ministério da Instrução Pública; Direção-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes. (1931). Diário do Governo: I série, n.º 147, pp. 1253-1269. <https://dre.tretas.org/dre/39128/decreto-19952-de-27-de-junho>
- Decreto n.º 20484 do Ministério da Instrução Pública; Direção-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes. (1931a). Diário do Governo: I série, n.º 258, pp. 2476-2474. <https://dre.tretas.org/dre/2445511/decreto-20484-de-7-de-novembro>
- Decreto n.º 20690 do Ministério da Instrução Pública; Direção-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes. (1931b). Diário do Governo: I série, n.º 300, pp. 2778-2779. <https://dre.tretas.org/dre/2445792/decreto-20690-de-30-de-dezembro>
- Decreto-Lei n.º 28187 do Ministério das Finanças; Direção-Geral da Fazenda Pública. (1937). Diário do Governo: I série, n.º 268, pp. 1217-1219. <https://dre.tretas.org/dre/274693/decreto-lei-28187-de-17-de-novembro>

Decreto-Lei de 18 de março de 1911 do Ministério do Interior; Direção-Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial. (1911). Diário do Governo: I série, n.º 65, pp. 1213-1215. <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto/206996>

Decreto-Lei n.º 46350 do Ministério da Educação Nacional; Direção-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes. (1965). Diário do Governo: I série, n.º 114. <https://dre.tretas.org/dre/216540/decreto-lei-46350-de-22-de-maio>

5.1.2. Anais das Bibliotecas e Arquivos de Portugal⁹¹

Anais das Bibliotecas, Arquivo e Museus Municipais. (1932). In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (vol. 10, n.º 37 e 38, p. 26). Biblioteca Nacional.

Arquivos distritais: Estado das incorporações no primeiro trimestre de 1937. (1937). In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (vol. 12, n.º 47 e 48, pp. 113-136). Biblioteca Nacional.

Azevedo, P. de. (1916). Creação de um Arquivo Distrital em Vila Rial. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (vol. 2, n.º 8, pp. 133-136). Imprensa da Universidade de Coimbra.

Azevedo, P. de. (1921). O Regulamento do Arquivo Histórico Militar. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (vol. 2, n.º 8, pp. 333-335). Biblioteca Nacional.

Baião, A. (1937). O inventário geral da Torre do Tombo: Tentativas e indispensabilidade. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (vol. 12, n.º 49 e 50, pp. 163-165). Biblioteca Nacional.

Cordeiro, J. M. (1920). Função das bibliotecas na instrução dum povo. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (vol. 1, n.º 2, pp. 114-116). Biblioteca Nacional.

Cortesão, J. (1920). Do Diretor da Biblioteca Nacional. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (vol. 1, n.º 3, pp. 217-230). Biblioteca Nacional.

Cortesão, J. (1921). Relatório duma viagem ao estrangeiro. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (vol. 2, n.º 5, pp. 10-18). Biblioteca Nacional.

Curso de Biblioteconomia e Arquivística. (1920a). In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (vol. 1, n.º 1, p. 68). Biblioteca Nacional.

Curso de Biblioteconomia e Arquivística. (1920b). In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal*. Lisboa (vol. 1, n.º 1, p. 151). Biblioteca Nacional.

Curso de Biblioteconomia e Arquivística. (1920c). In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (vol. 1, n.º 1, p. 292). Biblioteca Nacional.

Dantas, J. (1914). Serviço de Incorporações pela Inspeção das Bibliotecas Eruditas e Arquivos. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (vol. 1, n.º 1, pp. 1-8). Imprensa da Universidade de Coimbra.

⁹¹ Disponíveis em <https://purl.pt/258/1/> [consult. 15 nov. 2021].

V. 1, n.º 1 (out. 1914); V. 3, n.º 10/11 (abr. 1917) — Imprensa da Universidade de Coimbra, 1914-1917.

V. 1, n.º 1 (mar. 1920); V. 21, n.º 77/78 (1949) — Biblioteca Nacional, 1920-1949.

- Dantas, J. (1915). Serviços de Nova Criação: o Posto de Saneamento e Desinfecção de Livros. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (vol. 1, n.º 2, pp. 49-54). Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Dantas, J. (1916). O Segundo Ciclo de Incorporações. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (vol. 2, n.º 8, pp. 119-132). Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Dantas, J. (1917). Serviços da Inspeção: Novas Bibliotecas, Novos Arquivos. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (vol. 3, n.º 10 e 11, pp. 1-19). Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Dantas, J. (1926). Empréstimo internacional de livros e documentos. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (vol. 7, n.º 25-28, pp. 5-7). Biblioteca Nacional.
- Dantas, J. (1931). A ineficácia da legislação de protecção do património nacional. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (vol. 9, n.º 33 e 34, pp. 23-26). Biblioteca Nacional.
- Dantas, J. (1932a). Criação e organização dos Arquivos Distritais. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (vol. 10, n.º 37 e 38, pp. 7-13). Biblioteca Nacional.
- Dantas, J. (1932b). Relatórios do Inspector Geral. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (vol. 10, n.º 39 e 40, pp. 121-133). Biblioteca Nacional.
- Dantas, J. (1936). Crónica: Rasões de ordem administrativa que determinaram a suspensão temporária desta publicação [...]. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (vol. 11, n.º 43 e 44, pp. 87-91). Biblioteca Nacional.
- Ferrão, A. (1932). Catálogo colectivo das bibliotecas portuguesas. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (vol. 10, n.º 37 e 38, pp. 13-21). Biblioteca Nacional.
- Ferrão, A. (1937). Normas de catalogação. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (vol. 12, n.º 49 e 50, pp. 165-182). Biblioteca Nacional.
- Ferrão, A. (1946). Crónica: Inspeção Superior das Bibliotecas e Arquivos: Alguns serviços efectuados durante o 2.º semestre de 1946: Relatórios e anexos. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (vol. 18, n.º 71 e 72, pp. 5-60). Biblioteca Nacional.
- Ferrão, A. (1947). Crónica: Inspeção Superior das Bibliotecas e Arquivos. Alguns serviços efectuados ainda em 1946, e 1947. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (vol. 19, n.º 73 e 74, pp. 5-60). Biblioteca Nacional.
- Ferrão, A. (1948). Crónica: Inspeção Superior das Bibliotecas e Arquivos. Alguns assuntos tratados e anexos. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (vol. 20, n.º 75 e 76, pp. 5-50). Biblioteca Nacional.
- Melo, A. A. e. (1924a). Materiais para a identificação dos documentos manuscritos e impressos em papel até final do século XIX em Portugal. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (vol. 5, n.º 17 e 18, pp. 6-12). Biblioteca Nacional.
- Melo, A. A. e. (1924b). Tentativa de um dicionário de bibliotecnia. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (vol. 5, n.º 17 e 18, pp. 13-23). Biblioteca Nacional.
- Melo, A. A. e. (1924c). Tentativa de um dicionário de bibliotecnia. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (vol. 5, n.º 19 e 20, pp. 98-117). Biblioteca Nacional.
- Melo, A. A. e. (1924d). Materiais para a identificação dos documentos manuscritos e impressos em papel até final do século XIX em Portugal. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (vol. 5, n.º 19 e 20, pp. 159-175). Biblioteca Nacional.
- Melo, A. A. e. (1925a). Tentativa de um dicionário de bibliotecnia. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (vol. 6, n.º 21, pp. 6-17). Biblioteca Nacional.

- Melo, A. A. e. (1925b). Materiais para a identificação dos documentos manuscritos e impressos em papel até final do século XIX em Portugal. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (vol. 6, n.º 21, pp. 43-59). Biblioteca Nacional.
- Melo, A. A. e. (1925c). Tentativa de um dicionário de bibliotecnia. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (vol. 6, n.º 22, pp. 66-80). Biblioteca Nacional.
- Melo, A. A. e. (1925d). Materiais para a identificação dos documentos manuscritos e impressos em papel até final do século XIX em Portugal. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (vol. 6, n.º 22, pp. 126-134). Biblioteca Nacional.
- Melo, A. A. e. (1925e). Tentativa de um dicionário de bibliotecnia. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (vol. 6, n.º 23, pp. 166-176). Biblioteca Nacional.
- Melo, A. A. e. (1926). Tentativa de um dicionário de bibliotecnia. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (vol. 7, n.º 25 e 28, p. 115). Biblioteca Nacional.
- Moniz, J. A. (1914). Organização dos Serviços de Catalogação na Biblioteca Nacional de Lisboa. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (vol. 1, n.º 1, pp. 9-28). Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Pessanha, J. da S. (1915). O Estágio de Arquivistas. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (vol. 1, n.º 5, pp. 204-208). Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Pessanha, J. da S. (1916). O Estágio de Arquivistas (1915-1916). In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (vol. 2, n.º 8, pp. 146-147). Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Proença, R. (1920a). A última reforma da Biblioteca Nacional: I. Ideias gerais. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (vol. 1, n.º 1, pp. 19-23). Biblioteca Nacional.
- Proença, R. (1920b). A última reforma da Biblioteca Nacional: II. Organização de conjunto. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (vol. 1, n.º 2, pp. 106-107). Biblioteca Nacional.
- Proença, R. (1920c). As Regras Portuguesas de catalogação. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (vol. 1, n.º 2, pp. 107-109). Biblioteca Nacional.
- Proença, R. (1920d). As Bibliotecas populares e o mundo moderno: O que há a fazer em Portugal, Condições prévias da resolução dum grande problema. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (vol. 1, n.º 2, pp. 109-113). Biblioteca Nacional.
- Proença, R. (1920e). A última reforma da Biblioteca Nacional: III. Funcionalismo e disciplina interna. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (vol. 1, n.º 3, pp. 208-210). Biblioteca Nacional.
- Proença, R. (1920f). As Regras Portuguesas de catalogação: II. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (vol. 1, n.º 3, pp. 210-211). Biblioteca Nacional.
- Proença, R. (1921). Palestra inaugural da discussão das regras de catalogação. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (vol. 2, n.º 6, pp. 154-155). Biblioteca Nacional.
- Proença, R. (1923). A Biblioteca Nacional. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (vol. 4, n.º 15, pp. 146-148). Biblioteca Nacional.
- Programa das novas instalações da Biblioteca Nacional. (1936). In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (vols. 11, n.º 45 e 46, pp. 33-40a). Biblioteca Nacional.
- Reforma e regulamento da Biblioteca Nacional. (1920). In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (vol. 1, n.º 1, p. 47). Biblioteca Nacional.

- Relatório da Comissão do edifício da Biblioteca Nacional. (1921). In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (vol. 2, n.º 8, pp. 335-338). Biblioteca Nacional.
- Salgueiro, M. (1916). Creação de uma Biblioteca Erudita e Arquivo Distrital de Bragança. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (vol. 2, n.º 8, pp. 148-150). Imprensa da Universidade de Coimbra.

5.2. Estudos

- Azevedo, P. de., & Baião, A. (1905). *O Archivo da Torre do Tombo, sua historia, corpos que o compõem e organização* (1.ª ed.). Academia de Estudos Livres. <https://archive.org/details/oarchivodatorred00azevuoft/page/n5/mode/2up>
- Azevedo, P. de. (1911). A Reorganização da Biblioteca Nacional de Lisboa de 18 de Março de 1911. In *Boletim Bibliográfico da Academia das Ciências de Lisboa* (vol. 1, n.º 2).
- Fundação para a Ciência e Tecnologia; Arquivo de Ciência e Tecnologia. (2018). *Glossário de termos arquivísticos*. <https://act.fct.pt/wp-content/uploads/2018/09/Glossário-ACT-Outubro2018.pdf>
- Pereira, G. (1910). *Archivos nacionaes: these apresentada ao Congresso Nacional em 23 de Maio de 1910* (1.ª ed.). Imprensa da Universidade de Coimbra. <http://hdl.handle.net/10316.2/3215>
- Ribeiro, F. (1998). *O Acesso à Informação nos Arquivos* [Dissertação de Doutoramento, Universidade do Porto]. Repositório Aberto da Universidade do Porto. <https://hdl.handle.net/10216/7058>
- Ribeiro, F. (2004). A Inspeção-Geral das Bibliotecas e Arquivos Públicos e seu papel na consolidação do paradigma histórico-tecnicista. In T. L. da Assunção, *Memória da Inspeção Geral das Bibliothecas e Archivos Publicos* (pp. 5-10). Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão; Museu Bernardino Machado.
- Ribeiro, F. (2008a). A Inspeção das Bibliotecas e Arquivos e a ideologia do Estado Novo. In L. R. Torgal, & H. Paulo (Coords.), *Estados autoritários e totalitários e suas representações: propaganda, ideologia, historiografia e memória* (pp. 223-237). Imprensa da Universidade de Coimbra. <http://hdl.handle.net/10316.2/2751>
- Ribeiro, F. (2008b). *Para o estudo do paradigma patrimonialista e custodial: a Inspeção das Bibliotecas e Arquivos e o contributo de António Ferrão: 1887-1965* (1.ª ed.). CETAC – Centro de Estudos das Tecnologias e Ciências da Comunicação; Edições Afrontamento.
- Vivas, D. A. C. (2021). Dois modelos formativos “dissidentes” na formação superior de bibliotecários e arquivistas em Portugal. *Biblos*, (7), 139-166. <https://impactum-journals.uc.pt/biblos/article/view/8903>

6. Anexo — proposta de índice remissivo para os *Anais das Bibliotecas e Arquivos de Portugal (1914-1949)*

I. Ciclos de incorporações e a criação de arquivos distritais

- Arquivos distritais: Estado das incorporações no primeiro trimestre de 1937. (1937). In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (2.ª série, vol. 12, n.º 47-48, pp. 113-136). Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Azevedo, P. de. (1916). Creação de um Arquivo Distrital em Vila Rial. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (1.ª série, vol. 2, n.º 8, pp. 133-136). Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Azevedo, P. de. (1921). O Regulamento do Arquivo Histórico Militar. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (2.ª série, vol. 2, n.º 8, pp. 333-335). Biblioteca Nacional.
- Creação do Arquivo de S. Vicente – Creação da Biblioteca Erudita e Arquivo Distrital de Leiria – Incorporação dos Cartórios Notariais do País. (1916). In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (1.ª série, vol. 2, n.º 8, pp. 163-170). Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Dantas, J. (1914). Serviço de Incorporações pela Inspeção das Bibliotecas Eruditas e Arquivos. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (1.ª série, vol. 1, n.º 1, pp. 1-8). Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Dantas, J. (1916). O Segundo Ciclo de Incorporações. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (1.ª série, vol. 2, n.º 8, pp. 119-132). Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Dantas, J. (1917). Serviços da Inspeção: Novas Bibliotecas, Novos Arquivos. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (1.ª série, vol. 3, n.º 10-11, pp. 1-19). Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Dantas, J. (1931). A Biblioteca Pública e o Arquivo Distrital de Évora. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (2.ª série, vol. 9, n.º 35-36, pp. 81-87). Biblioteca Nacional.
- Dantas, J. (1932). Criação e organização dos Arquivos Distritais. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (2.ª série, vol. 10, n.º 37-38, pp. 7-13). Biblioteca Nacional.
- Dantas, J. (1936). Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Leiria. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (2.ª série, vols. 11-12, n.º 45-46, pp. 16-17). Biblioteca Nacional.
- Dantas, J. (1937). Crónica: Abre-se ao público a Biblioteca do Palácio Nacional de Mafra. É criado o Arquivo Histórico do Ministério das Finanças. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (2.ª série, vol. 12, n.º 49-50, pp. 161-163). Biblioteca Nacional.
- Iria, A. (1945). Os Arquivos municipais do Algarve e a Academia Real da História Portuguesa. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (2.ª série, vol. 17, n.º 69-70, pp. 175-190). Biblioteca Nacional.
- Iria, A. (1947). Os Arquivos municipais do Algarve e a Academia Real da História Portuguesa. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (2.ª série, vol. 19, n.º 73-74, pp. 117-149). Biblioteca Nacional.
- Legislação: Creação da Biblioteca Erudita e Arquivo Distrital de Bragança: Creação do Arquivo Distrital de Évora. (1916). In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (1.ª série, vol. 2, n.º 9, pp. 216-220). Imprensa da Universidade de Coimbra.

- Salgueiro, M. (1916). Creação de uma Biblioteca Erudita e Arquivo Distrital de Bragança. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (1.ª série, vol. 2, n.º 8, pp. 148-150). Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Simas, J. de. (1948). Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Ponta Delgada (1946-1948). In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (2.ª série, vol. 20, n.º 75-76, pp. 77-93). Biblioteca Nacional.

II. Modelos formativos especializados em biblioteconomia e arquivística

- Curso de Biblioteconomia e Arquivística. (1920a). In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (2.ª série, vol. 1, n.º 1, p. 68). Biblioteca Nacional.
- Curso de Biblioteconomia e Arquivística. (1920b). In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (2.ª série, vol. 1, n.º 2, p. 151). Biblioteca Nacional.
- Curso de Biblioteconomia e Arquivística. (1920c). In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (2.ª série, vol. 1, n.º 4, p. 292). Biblioteca Nacional.
- Pessanha, J. da S. (1915). O Estágio de Arquivistas. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (1.ª série, vol. 1, n.º 5, pp. 204-208). Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Pessanha, J. da S. (1916). O Estágio de Arquivistas (1915-1916). In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (1.ª série, vol. 2, n.º 8, pp. 146-147). Imprensa da Universidade de Coimbra.

III. Reformas na Biblioteca Nacional

- A Biblioteca Nacional. (1923). In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (2.ª série, vol. 4, n.º 15, pp. 146-148). Biblioteca Nacional.
- Cortêsão, J. (1920). Do Diretor da Biblioteca Nacional. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (2.ª série, vol. 1, n.º 3, pp. 217-230). Biblioteca Nacional.
- Proença, R. (1920a). A última reforma da Biblioteca Nacional: I. Ideias gerais. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (2.ª série, vol. 1, n.º 1, pp. 19-23). Biblioteca Nacional.
- Proença, R. (1920b). A última reforma da Biblioteca Nacional: II. Organização de conjunto. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (2.ª série, vol. 1, n.º 2, pp. 106-107). Biblioteca Nacional.
- Proença, R. (1920c). A última reforma da Biblioteca Nacional: III. Funcionalismo e disciplina interna. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (2.ª série, vol. 1, n.º 3, pp. 208-210). Biblioteca Nacional.
- Programa das novas instalações da Biblioteca Nacional. (1936). In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (2.ª série, vol. 11, n.º 45-46, pp. 33-40a). Biblioteca Nacional.
- Reforma e regulamento da Biblioteca Nacional. (1920). In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (2.ª série, vol. 1, n.º 1, p. 47). Biblioteca Nacional.
- Relatório da Comissão do edifício da Biblioteca Nacional. (1921). In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (2.ª série, vol. 8, n.º 8, pp. 335-338). Biblioteca Nacional.

IV. Iniciativas no plano técnico

- Baião, A. (1937). O inventário geral da Torre do Tombo: Tentativas e indispensabilidade. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (2.ª série, vol. 12, n.º 49-50, pp. 163-165). Biblioteca Nacional.
- Dantas, J. (1915). Serviços de Nova Criação: o Posto de Saneamento e Desinfecção de Livros. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (1.ª série, vol. 1, n.º 2, pp. 49-54). Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Ferrão, A. (1932). Catálogo colectivo das bibliotecas portuguesas. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (2.ª série, vol. 10, n.º 37-38, pp. 13-21). Biblioteca Nacional.
- Ferrão, A. (1937). Normas de catalogação. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (2.ª série, vol. 12, n.º 49-50, pp. 165-182). Biblioteca Nacional.
- Ferrão, A. (1938). Normas de catalogação. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (2.ª série, vol. 13, n.º 51-54, pp. 29-38). Biblioteca Nacional.
- Melo, A. A. e. (1924a). Materiais para a identificação dos documentos manuscritos e impressos em papel até final do século XIX em Portugal. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (2.ª série, vol. 5, n.º 17-18, pp. 6-12). Biblioteca Nacional.
- Melo, A. A. e. (1924b). Tentativa de um dicionário de bibliotecnia. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (2.ª série, vol. 5, n.º 17-18, pp. 13-23). Biblioteca Nacional.
- Melo, A. A. e. (1924c). Tentativa de um dicionário de bibliotecnia. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (2.ª série, vol. 5, n.º 19-20, pp. 98-117). Biblioteca Nacional.
- Melo, A. A. e. (1924d). Materiais para a identificação dos documentos manuscritos e impressos em papel até final do século XIX em Portugal. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (2.ª série, vol. 5, n.º 19-20, pp. 159-175). Biblioteca Nacional.
- Melo, A. A. e. (1925a). Tentativa de um dicionário de bibliotecnia. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (2.ª série, vol. 6, n.º 21, pp. 6-17). Biblioteca Nacional.
- Melo, A. A. e. (1925b). Materiais para a identificação dos documentos manuscritos e impressos em papel até final do século XIX em Portugal. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (2.ª série, vol. 6, n.º 21, pp. 43-59). Biblioteca Nacional.
- Melo, A. A. e. (1925c). Tentativa de um dicionário de bibliotecnia. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (2.ª série, vol. 6, n.º 22, pp. 66-80). Biblioteca Nacional.
- Melo, A. A. e. (1925d). Materiais para a identificação dos documentos manuscritos e impressos em papel até final do século XIX em Portugal. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (2.ª série, vol. 6, n.º 22, pp. 126-134). Biblioteca Nacional.
- Melo, A. A. e. (1925e). Tentativa de um dicionário de bibliotecnia. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (2.ª série, vol. 6, n.º 23, pp. 166-176). Biblioteca Nacional.
- Melo, A. A. e. (1926). Tentativa de um dicionário de bibliotecnia. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (2.ª série, vol. 7, n.º 25-28, p. 115). Biblioteca Nacional.
- Moniz, J. A. (1914). Organização dos Serviços de Catalogação na Biblioteca Nacional de Lisboa. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (1.ª série, vol. 1, n.º 1, pp. 9-28). Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Proença, R. (1920a). As Regras Portuguesas de catalogação. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (2.ª série, vol. 1, n.º 2, pp. 107-109). Biblioteca Nacional.

Proença, R. (1920b). As Regras Portuguesas de catalogação: II. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (2.ª série, vol. 1, n.º 3, pp. 210-211). Biblioteca Nacional.

Proença, R. (1921). Palestra inaugural da discussão das regras de catalogação. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (2.ª série, vol. 2, n.º 6, pp. 154-155). Biblioteca Nacional.

V. Relatórios de atividade, comunicações e outras questões teórico-práticas

A actividade das bibliotecas e arquivos, dependentes da inspecção, em 1949. (1949). In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (2.ª série, vol. 21, n.º 77-78, pp. 44-49). Biblioteca Nacional.

Anais das Bibliotecas, Arquivos e Museus Municipais. (1932). In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (2.ª série, vol. 10, n.º 37-38, p. 26). Biblioteca Nacional.

Cordeiro, J. M. (1920). Função das bibliotecas na instrução dum povo. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (2.ª série, vol. 1, n.º 2, pp. 114-116). Biblioteca Nacional.

Cortesão, J. (1921). Relatório duma viagem ao estrangeiro. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (2.ª série, vol. 2, n.º 5, pp. 10-18). Biblioteca Nacional.

Dantas, J. (1926). Empréstimo internacional de livros e documentos. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (2.ª série, vol. 7, n.º 25-28, pp. 5-7). Biblioteca Nacional.

Dantas, J. (1931). A ineficácia da legislação de protecção do património nacional. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (2.ª série, vol. 9, n.º 33-34, pp. 23-26). Biblioteca Nacional.

Dantas, J. (1932). Relatórios do Inspector Geral. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (2.ª série, vol. 10, n.º 39-40, pp. 121-133). Biblioteca Nacional.

Dantas, J. (1936). Crónica: Rasões de ordem administrativa que determinaram a suspensão temporária desta publicação [...]. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (2.ª série, vol. 11, n.º 43-44, pp. 87-91). Biblioteca Nacional.

Ferrão, A. (1946). Crónica: Inspecção Superior das Bibliotecas e Arquivos: Alguns serviços efectuados durante o 2.º semestre de 1946: Relatórios e anexos. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (2.ª série, vol. 18, n.º 71-72, pp. 5-60). Biblioteca Nacional.

Ferrão, A. (1947). Crónica: Inspecção Superior das Bibliotecas e Arquivos. Alguns serviços efectuados ainda em 1946, e 1947. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (2.ª série, vol. 19, n.º 73-74, pp. 5-60). Biblioteca Nacional.

Ferrão, A. (1948). Crónica: Inspecção Superior das Bibliotecas e Arquivos. Alguns assuntos tratados e anexos. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (2.ª série, vol. 20, n.º 75-76, pp. 5-50). Biblioteca Nacional.

Inspecção Geral das Bibliotecas e Arquivos Públicos. (1931). In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (2.ª série, vol. 9, n.º 35-36, pp. 104-106). Biblioteca Nacional.

Inspecção Geral das Bibliotecas e Arquivos Públicos. (1932). In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (2.ª série, vol. 10, n.º 37-38, pp. 75-81). Biblioteca Nacional.

Proença, R. (1920). As Bibliotecas populares e o mundo moderno: O que há a fazer em Portugal, Condições prévias da resolução dum grande problema. In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (2.ª série, vol. 1, n.º 2, pp. 109-113). Biblioteca Nacional.

- Relatórios dos directores dos estabelecimentos dependentes da Inspeção. (1936). In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (2.ª série, vol. 11, n.º 43-44, pp. 113-114). Biblioteca Nacional.
- Relatórios dos directores dos estabelecimentos dependentes da Inspeção. (1937). In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (2.ª série, vol. 12, n.º 49-50, pp. 208-222). Biblioteca Nacional.
- Relatórios dos directores dos estabelecimentos dependentes da Inspeção. (1938). In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (2.ª série, vol. 13, n.º 51-54, pp. 61-72). Biblioteca Nacional.
- Relatórios dos directores dos estabelecimentos dependentes da Inspeção. (1939). In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (2.ª série, vol. 14, n.º 55-56, pp. 90-109). Biblioteca Nacional.
- Relatórios dos directores dos estabelecimentos dependentes da Inspeção. (1941). In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (2.ª série, vol. 16, n.º 61-62, pp. 68-71). Biblioteca Nacional.
- Relatórios dos directores dos estabelecimentos dependentes da Inspeção. (1942). In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (2.ª série, vol. 16, n.º 63-64, pp. 130-138). Biblioteca Nacional.
- Relatórios dos directores dos estabelecimentos dependentes da Inspeção. (1944). In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (2.ª série, vol. 17, n.º 67-68, pp. 123-126). Biblioteca Nacional.
- Relatórios dos directores dos estabelecimentos dependentes da Inspeção. (1945). In *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (2.ª série, vol. 17, n.º 69-70, p. 123). Biblioteca Nacional.